



PROJETO DE LEI Nº 097/2025.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026.

Capítulo I Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2026, compreendendo:

- I - as metas e as prioridades da administração municipal;
- II - a organização e estrutura do orçamento;
- III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:

- I - Anexo I, de metas fiscais, composto dos demonstrativos:
 - a) das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;
 - b) da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2024;
 - c) das metas fiscais previstas para 2026, 2027 e 2028, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2023, 2024 e 2025;
 - d) da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
 - e) da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
 - f) da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;





g) da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000;

h) da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC), conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000, cujo resultado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC, ou da existência de espaço fiscal para a criação de novas despesas.

II - Anexo II, de Riscos Fiscais e providências, contendo a avaliação dos riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000.

III - Anexo III, de caráter informativo e não normativo, contemplando o detalhamento dos Programas e Ações previstos no Plano Plurianual, com execução prevista para próximo exercício, o qual deverá servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizado pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

IV - Anexo IV, informando as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, em cumprimento ao disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Capítulo II

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário consolidado, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo desta Lei.

§ 1º Para fins da demonstração da compatibilidade referida no caput, a meta de resultado primário poderá ser ajustada quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

§ 2º Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata a alínea “a” do inciso I do parágrafo único do art. 1º desta Lei deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no art. 65, II, da Lei Complementar nº 101/2000, em caso de não atingimento da meta de resultado primário estabelecida para 2026, admite-se, como limite de tolerância, o valor equivalente à frustração da arrecadação das receitas que são objeto das transferências previstas nos arts. 158, 159 e 212-A da Constituição Federal.

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada ao final de cada quadrimestre entre os valores da arrecadação acumulada do exercício, em comparação com igual período do ano anterior.





§ 5º para efeitos da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, a meta alcançada em cada quadrimestre será comparada com a meta prevista para o mesmo período ajustada, quando for o caso, ao limite de tolerância previsto no § 3º deste artigo.

Art. 3º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2026 relacionadas com a execução de programas e ações orçamentárias estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2026/2029.

§ 1º As metas e prioridades de que trata o caput, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo, se surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, as alterações do Anexo III serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

Capítulo III Da Organização e Estrutura do Orçamento

Art. 4º Na lei de orçamento, a despesa será discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação orçamentária e natureza de despesa, detalhada até o nível de elemento.

§ 1º O conceito de órgão corresponde ao maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

§ 2º O conceito de unidade orçamentária corresponde ao menor nível da classificação institucional e sua classificação atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 3º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles dispostos na Portaria SOF/SETO/ME n.º 42/1999, e em suas alterações.

§ 4º Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa são aqueles dispostos na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações.

§ 5º As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

§ 6º Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no inciso V do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Art. 5º Independentemente da natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes.



Parágrafo único. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que demandem emissão de empenho, serão executadas nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município, devendo a correspondente execução ser registrada no sistema integrado de execução orçamentária e financeira a que se refere o art. 48, § 6º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no artigo 79 da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo único. Integrarão a Proposta Orçamentária e a respectiva Lei Orçamentária, além dos quadros exigidos pela legislação federal:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - demonstrativo da evolução da receita, por origem, em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000;

III - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000;

IV - quadro que evidencie, em colunas distintas, as receitas por origem e as despesas por grupo de natureza de despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita por origem (2º nível de detalhamento) e planos de aplicação das despesas dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/1964;

VI - demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com a meta de resultado primário, observando-se, quando cabível, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º desta Lei;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, conforme metodologia de cálculo prevista na Instrução Normativa nº 18/2023, do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente;

VIII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, nos termos da Lei Federal nº 9.394/1996, inclusive os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de que trata a Lei Federal nº 14.113/2020;



IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012;

X - demonstrativo dos instrumentos de programação a serem financiados com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar;

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei.

Art. 8º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o próximo exercício, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - memória de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa, observando-se, no que couber, ao disposto nos arts. 22, I, 39 e 30 da Lei Federal nº 4.320/1964 e no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

IV - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do seu estoque nos últimos três anos, a situação provável no final de 2024 e a previsão para o exercício de 2025;

V - relação dos precatórios a serem cumpridos com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;

VI - relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas pelo Executivo na forma estabelecida pelo art. 12 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com destaque para os valores correspondentes às prioridades.

Art. 9º Deverão ser discriminadas em ações orçamentárias específicas as dotações destinadas:

I - às ações de alimentação escolar;

II - às ações de transporte escolar;

III - à concessão de subvenções econômicas e subsídios a pessoas físicas e jurídicas com finalidade lucrativa;

IV - à concessão de subvenções sociais, contribuições correntes, contribuições de capital e auxílios a entidades privadas sem fins lucrativos;

V - à transferência de recursos para Consórcios Públicos em decorrência de contrato de rateio;

VI - ao pagamento de sentenças judiciais;

VII - às despesas com publicidade institucional;

VIII - às despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública;





IX - ao pagamento de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social;

X - ao custeio, pelo Município, de despesas de competência de outros entes da Federação, observado o disposto no art. 57 desta Lei.

Art.10. A Reserva de Contingência para fins de atendimento dos riscos fiscais especificados no Anexo II desta Lei será constituída com recursos não vinculados, e será fixada em, no mínimo, 5 % (cinco por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º Para fins de utilização da reserva de contingência referida no caput, considera-se evento fiscal imprevisto a necessidade de atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária, mediante abertura de créditos adicionais.

§ 2º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu superávit orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais do próprio regime.

Capítulo IV
Das Diretrizes para Elaboração e Execução do Orçamento e suas Alterações
Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 11. Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão à Secretaria da Fazenda, até 30 de novembro de 2025, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput também se aplica ao respectivo conselho, em relação às deliberações que, por força de norma legal, devem efetuar em relação às propostas de aplicação dos recursos vinculados:

I - ao Fundo Municipal de Saúde - FMS;

II - ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

III - ao fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

IV - ao Fundo Municipal do Idoso - FM Idoso;

V - ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); e

VI - ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);

Art. 12. A elaboração, a aprovação e execução do orçamento obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, I, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.





§ 2º A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

§ 3º Se por situação de emergência, calamidade ou de saúde pública houver medida restritiva à circulação e reunião de pessoas, as audiências públicas de que trata este artigo poderão ser realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.

Art. 13. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2026.

§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para próximo exercício, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º Para fins da fixação da despesa orçamentária da Câmara Municipal, observado os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 18/2023 do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente, considerar-se-á a receita arrecadada até mês de outubro, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente serão destinadas dotações para novos projetos para investimentos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao início ou continuidade de investimentos programados com recursos oriundos de transferências voluntárias, de transferências especiais da União, de operações de crédito ou de alienação de bens, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 15. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, quando forem exigíveis, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor no exercício financeiro de 2025, em cada evento de contratação, não ultrapasse o limite estabelecido para dispensa de licitação de que trata o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.



§ 2º No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, em cada evento de admissão, não exceda a três (03) vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 16. No caso de aumento de despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que não se enquadrem como de caráter irrelevante nos termos do art. 15 desta Lei, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - se for obrigatória de caráter continuado, atender ao disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 e estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que entre em vigor e nos dois exercícios subsequentes, por meio de:

- a) aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição; ou
- b) redução permanente de despesas.

II - se não for obrigatória de caráter continuado, cumprir os requisitos previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, dispensada a apresentação de medida compensatória.

§1º ficam dispensadas das medidas de compensação as hipóteses de aumento permanente de despesas previstas no § 1º do art. 24 da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º No caso de criação ou aumento de despesas decorrentes de ações destinadas ao combate de situação de calamidade pública, aplicam-se, no que couber, as disposições do art. 65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 17. O controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal deverão ser orientados para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 1º Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

§ 2º Caberá à Secretaria da Fazenda organizar a formação de Grupos Setoriais de Custos, oportunizando o acesso a treinamentos, reuniões técnicas e outros eventos a serem realizados com vistas ao aperfeiçoamento da gestão de custos na Administração Pública Municipal.

§ 3º As informações sobre a previsão e execução física e financeira dos programas finalísticos, cuja totalidade de recursos contemplados no respectivo orçamento seja superior a R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) deverão ser objeto de capítulo específico no relatório de avaliação das metas fiscais do último quadrimestre do exercício, a ser apresentado em audiência pública na forma do art. 25 desta Lei.



Seção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 18. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I - do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - das receitas vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais;

III - das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no caput deste artigo;

IV - de aportes de recursos do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no inciso IV do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Seção III

Da programação financeira e limitação de empenhos

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados no Balanço Patrimonial do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º O ato referido no caput deste artigo e os que o modificarem conterà:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000;

II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.





Art. 20. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas fiscais, e observado o disposto no §2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, adotarão, no âmbito das respectivas competências, a limitação de empenhos e movimentação financeira observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I - contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III - aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de

Educação e Saúde;

IV - dotação para materiais de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades;

V - diárias de viagem;

VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza; VII - despesas com publicidade institucional;

VIII - horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2024, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 22 desta Lei.

§ 3º O montante da limitação a ser promovida pelos Poderes Executivo e Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais, excluídas as dotações das despesas ressalvadas de limitação de empenho, na forma prevista no § 2º deste artigo.





§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, com base na informação a que se refere o § 3º, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º Sem prejuízo das disposições do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação.

Art. 21. Observado o disposto no § 2º do art. 29-A, da Constituição Federal e o cronograma referido no § 2º do art. 19 desta Lei, o repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no caput este artigo.

§ 2º Para fins do disposto no § 2º do art. 168 da Constituição Federal, até o último dia útil do exercício, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 3º O eventual saldo que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2026.

Art. 22. As dotações dos projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, de transferências especiais da União, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentadas se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, o ingresso no fluxo de caixa será considerado garantido a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congêneres, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos que impliquem aumento dos valores a serem transferidos, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2º A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da vinculação, na forma estabelecida pelo parágrafo único do art. 8º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.





Parágrafo único. Os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2025 poderão ser utilizados, até a sanção da respectiva Lei, para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 24. Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres.

§ 1º No caso de despesas relativas a obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, a inscrição ou a manutenção dos restos a pagar processados e não processados subordinam-se às regras definidas na Instrução Normativa nº 18/2023, do Tribunal de Contas ou norma que lhe for superveniente.

Art. 25. As metas de receitas e despesas programadas para cada quadrimestre nos termos do art. 19 desta Lei serão objeto de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos.

§ 1º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

§ 2º Se por situação de emergência, calamidade ou de saúde pública houver medida restritiva à circulação e reunião de pessoas, as audiências públicas de que trata este artigo poderão ser realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.

Seção IV

Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 26. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais será realizada por fonte de recursos, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Os recursos alocados na Lei Orçamentária para pagamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.

§ 3º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.





§ 4º Nos casos de abertura de créditos suplementares e especiais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2025, por fonte de recursos;
- II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2026;
- III - valores do superávit já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
- IV - saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

§ 5º Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 6º Os créditos adicionais serão abertos conforme detalhamento constante no art. 4.º desta Lei.

Art. 27. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados pela Lei Orçamentária Anual, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores.

Art. 28. Quanto necessária, a reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. A codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais, mantida a estrutura programática, conforme as definições do art. 4º desta Lei.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se:

I - Transposições: deslocamento de dotações orçamentárias entre programas de trabalho alocados dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária;

II - Remanejamentos: deslocamento de dotações orçamentárias de um órgão para outro ou de uma unidade orçamentária para outra, em decorrência de alterações na estrutura administrativa por meio da criação, extinção, cisão ou fusão de unidades administrativas da administração direta ou de órgãos da administração indireta.

III - Transferências: deslocamento de dotações de despesas correntes para despesas de capital, ou vice-versa, dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária e do mesmo programa de governo.





§ 2º As transposições, transferências ou remanejamentos não poderão resultar na criação de novas categorias de programação nem alteração do total da despesa autorizada na Lei Orçamentária, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação por funções e subfunções.

Art. 30. Não serão considerados créditos adicionais as modificações das fontes de recursos e das modalidades de aplicação da despesa aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, que poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atender às necessidades de execução orçamentária da despesa, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O disposto no *caput* também se aplica no caso de ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Seção V

Da execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 31. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2025, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, cumprimento de sentenças judiciais e despesas à conta de recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento, assim entendidas aquelas constantes no projeto de lei orçamentária cuja execução financeira, até 31 de dezembro de 2024, já tenha ultrapassado 20% (vinte por cento) do valor contratado.

Seção VI

Das Disposições Relativas às Emendas ao Projeto de Lei de Orçamento

Art. 32. Toda e qualquer emenda ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem, deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei do Plano Plurianual 2026/2029 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que resultem na diminuição das programações das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida.





§ 2º Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com as diretrizes orçamentárias estabelecidas por esta Lei:

I - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos gastos mínimos constitucionalmente previstos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;

II - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;

III - as emendas que reduzirem o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais e voluntárias da União e/ou do Estado.

IV - as emendas que reduzirem em mais de 10% (dez por cento) do montante destinado para despesas de conservação do patrimônio público e para os projetos arrolados no Anexo IV desta Lei.

§ 3º Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes.

Seção VII Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

Subseção I Das Subvenções Econômicas

Art. 33. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar no 101/2000.

§ 1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o caput somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o caput deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação 60 - Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos” e no elemento de despesa 45 - Subvenções Econômicas.

Art. 34. No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica e serão executadas na modalidade de aplicação 90 - Aplicações Diretas e no elemento de despesa 48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas.





Subseção II Das Subvenções Sociais

Art. 35. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Subseção III Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 36. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei específica, que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária; ou

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Art. 37. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Subseção IV Dos Auxílios

Art. 38. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, que dependa da abertura de crédito adicional especial ou extraordinário, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica ou educação especial;

II - para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;





V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VI – se destinam a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015;

VII – que desenvolvam atividades de coleta e processamento de material reciclável, e sejam constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, hipótese em que caberá ao Poder Executivo aprovar as condições para aplicação dos recursos;

VIII - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

Parágrafo único. No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

Subseção V

Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 39. Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I - execução da despesa na modalidade de aplicação 50 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos;

II - estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 5 (cinco) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III - ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;





IV - inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição

V - não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

VI - formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo único. Caberá a Secretaria Municipal da Fazenda verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 40. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 41. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§1º Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

I - nome e CNPJ da entidade;

II - nome, função e CPF dos dirigentes;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCRUZILHADA DO SUL

Avenida Rio Branco, 261 – Centro - Encruzilhada do Sul/RS – CEP 96610-000

Fones: (51) 3733-1180 ou 3733-1379 ou 3733-1250





III - área de atuação;

IV - endereço da sede;

V - data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;

VI - valores transferidos e respectivas datas.

§2º Sem prejuízo do parágrafo anterior, no caso das parcerias celebradas com base nas disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, deverão ser observadas, no que couber, as disposições dos arts. 10, 11 e 12 da referida Lei.

Art. 42. A notas de empenho das transferências de recursos de que trata esta Seção deverá serão emitidas até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, nos termos do art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 43. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I – depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único. Quando demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Art. 44. Não se aplicam a disposições desta seção os recursos entregues a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio, nos termos regulados pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto Federal nº 6.017/2017.

Seção VIII

Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 45. Observado o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 12% (doze por cento) ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico; II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

II - formalização de contrato;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCRUZILHADA DO SUL

Avenida Rio Branco, 261 – Centro - Encruzilhada do Sul/RS – CEP 96610-000

Fones: (51) 3733-1180 ou 3733-1379 ou 3733-1250



III - assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:

I - desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental;

II - integrem as cadeias produtivas locais;

III - empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

IV - adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

§ 2º Através de lei específica, poderão ser concedidos subsídios para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o caput deste artigo, bem como autorizadas prorrogações e parcelamentos de saldos devedores.

Capítulo V

Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 46. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 47. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

Capítulo VI

Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 48. No exercício de 2026, a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 6º dessa Lei, deverão obedecer às disposições deste capítulo e, no que couber, a Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Todas as unidades gestoras deverão ter como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de outubro de 2025, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais com efeito financeiro no próximo exercício, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o crescimento vegetativo.

Art. 49. Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 18/2023 do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCRUZILHADA DO SUL

Avenida Rio Branco, 261 – Centro - Encruzilhada do Sul/RS – CEP 96610-000

Fones: (51) 3733-1180 ou 3733-1379 ou 3733-1250

Parágrafo único. Em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101/2000, os contratos, convênios e demais ajustes celebrados pelos órgãos e entidades mencionados no art. 6º desta Lei, que contenham elementos indicativos de contratação de mão de obra empregada em atividade-fim da do órgão contratante ou inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo respectivo plano de cargos e salários do seu quadro de pessoal deverão identificar, em planilha de custos específica, integrante dos respectivos instrumentos, o valor que se refere ao custo da remuneração de pessoal e encargos sociais, diretamente relacionado com o objeto do ajuste.

Art. 50. Em cumprimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 51. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16, 17 e 21 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

III - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV - prover cargos em comissão e funções de confiança.

§ 1º Também estão autorizadas as seguintes ações, relacionadas com a política de pessoal da Administração Municipal:

I - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

II - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

III - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte e segurança no trabalho.

§ 2º No caso dos incisos I, II, III e IV do Caput, as exposições de motivos dos projetos de lei ou, quando for o caso, os procedimentos administrativos correspondentes, deverão demonstrar, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, as seguintes informações:



I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se, no mínimo por grupo de natureza de despesa, os valores a serem acrescidos nas despesas com pessoal e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II - declaração do ordenador de despesa de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e as categorias de programação da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 3º As estimativas de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesas para o aumento dos gastos com pessoal, terão validade de 2 (dois) meses contados da data da sua elaboração, devendo tais documentos ser reelaborados na hipótese de não ser praticado, dentro deste prazo, o ato que resulte aumento da despesa com pessoal.

§ 4º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 5º Os atos que provoquem aumento da despesa de que tratam os incisos I, II, III e IV do Caput serão considerados nulos de pleno direito, caso praticados sem o atendimento das disposições dos incisos I e II do § 2º deste artigo.

§ 6º As disposições deste capítulo aplicam-se ao que couber às proposições legislativas relacionadas com o aumento de gastos com pessoal, inclusive de cunho indenizatório, que não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor ou à plena eficácia da norma.

§ 7º As disposições do § 2º do art. 51 desta Lei não se aplicam aos atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório bem como às despesas irrelevantes, até o valor estabelecido no art. 15, § 2º desta lei.

Art. 52. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

- I - as situações de emergência ou de calamidade pública;
- II - as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
- III - a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito.





Capítulo VII Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 53. As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2026, especialmente sobre:

- a) atualização da planta genérica de valores do Município;
- b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
- c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
- g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
- h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;
- i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 54. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 58, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 55. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, e conceder descontos pela antecipação do pagamento, devendo esses eventos ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.





§ 1º A concessão ou ampliação de qualquer desoneração que importe renúncia fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerada na estimativa da receita, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 3º Não se sujeitam às regras do § 1º:

I - a homologação de pedidos concessão de incentivos ou benefícios apresentados com base na legislação municipal preexistente;

II - a concessão de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 0,5% (meio por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2026.

III - os incentivos ou benefícios de natureza tributária ou não tributária concedidos de acordo com as disposições do art. 65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 56. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Capítulo VIII Das Disposições Gerais

Art. 57. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União, do Estado ou de outros Municípios, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar, defesa civil ou ainda a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o caput deste artigo.





Art. 58. Por meio da Secretaria Municipal da Secretaria Municipal da Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 59. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 60. Fica facultado ao Poder Executivo publicar no órgão oficial de imprensa, de forma simplificada, a Lei Orçamentária Anual bem como as leis e os decretos de abertura dos créditos adicionais.

Art. 61. Fica autorizada a retificação e republicação da Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais, nos casos de inexatidões formais.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput consideram-se inexatidões formais quaisquer inconformidades com a legislação vigente, da codificação ou descrição de órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, ações, natureza da despesa ou da receita e fontes de recursos, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Art. 62 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Encruzilhada do Sul, de novembro de 2025.

Benito Fonseca Paschoal,
Prefeito.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Gilson de Mello Soares,
Secretário Municipal da Administração, Tecnologia e Inovação.

Milton Jéder Franck de Almeida,
Secretário Municipal da Fazenda



Mensagem.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores.

Temos a honra de submeter à consideração dessa Casa Legislativa o presente projeto de lei que “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2026”.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os poderes Executivo e Legislativo. Buscando sintonizar a Lei Orçamentária Anual com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no Plano Plurianual. De acordo com o parágrafo 2º do art. 165 da Constituição Federal, a LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e orientará a elaboração da LOA.

Com isso objetiva-se a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentária elevando o município de Encruzilhada do Sul.

Diante das razões apresentadas, o Poder Executivo justifica o pedido de aprovação deste projeto de lei por essa colenda Câmara.
Gabinete do Prefeito Municipal de Encruzilhada do Sul.

Benito Fonseca Paschoal,
Prefeito.

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2023	2024	2025	2026	2027	2028
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	5,78%	5,80%	4,80%	4,20%	3,50%	3,50%
VARIAÇÃO DO PIB	2,90%	1,20%	2,16%	1,78%	1,90%	2,00%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	2,00%	3,02%	6,16%	3,87%	4,03%	4,68%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	31,27%	3,88%	21,60%	17,69%	11,41%	16,75%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	-12,25%	2,36%	-1,56%	-1,61%	-0,84%	-1,33%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	3,58%	6,75%	8,23%	4,04%	4,31%	5,52%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	4,20%	9,45%	-2,68%	1,54%	0,16%	-0,32%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL (acima do IPCA)- EXECUTIVO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL -(acima do IPCA) LEGISLATIVO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	68,48%	9,00%	5,00%	27,50%	13,83%	15,44%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	9,15%	13,65%	12,50%	12,25%	10,50%	10,50%
Taxa de Câmbio (Média do Ano)	5,39	5,16	5,15	5,20	5,20	5,27

1 - Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origens/espécies/rubricas de receita e/ou grupo de natureza de despesa.
 2 - Os percentuais referentes ao IPCA, Variação do PIB, Taxa Selic e Taxa de Câmbio foram extraídos do "Relatório Focus" divulgado pelo Banco Central do Brasil

1.7.0.0.00.0.00.00.00	1.7.0.0.00.0.0	Transferências Correntes	94.422.170,99	104.747.579,63	121.092.930,79	129.437.794,56	139.453.927,13	147.681.526,97	157.211.829,24
1.7.1.0.00.0.00.00.00	1.7.1.0.00.0.0	Transferências da União e de suas Entidades	44.670.877,77	50.148.926,18	57.043.635,45	62.681.532,80	66.626.641,55	71.178.508,81	76.739.261,10
1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	1.7.1.1.51.1.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	29.979.873,61	30.863.956,63	35.780.445,36	37.333.316,69	41.556.163,34	44.864.387,17	48.997.832,28
1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	1.7.1.1.51.2.0	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% Cota do mês de dezembro	1.315.451,61	3.055.571,68	1.572.515,77	3.915.801,92	3.408.087,52	3.679.400,25	4.018.390,10
1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	1.7.1.1.51.3.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota do mês de julho	1.456.258,23	1.256.705,66	2.121.288,52	1.671.274,99	2.015.517,17	2.175.969,47	2.376.445,55
1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	1.7.1.1.51.3.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota do mês de setembro				1.429.242,06			
1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	1.7.1.1.52.0.0	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	1.287.766,47	1.412.538,89	1.545.432,60	1.612.504,37	1.828.575,86	1.974.146,04	2.156.028,87
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	1.7.1.2.00.0.0	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	747.267,76	689.352,51	834.761,31	870.989,95	956.494,82	1.032.639,93	1.127.779,79
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	1.7.1.3.00.0.0	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	6.124.363,36	7.510.519,98	6.514.762,26	6.797.502,94	8.042.893,63	8.324.394,91	8.615.748,87
1.7.1.8.12.0.0.00.00.00	1.7.1.6.50.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	607.026,21	307.859,07	426.145,20	444.639,90	451.382,17	467.180,55	483.531,20
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	1.7.1.4.00.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1.589.395,33	1.762.075,87	1.954.940,73	2.039.785,16	2.213.204,80	2.290.666,97	2.370.847,40
1.7.1.8.09.0.0.00.00.00	1.7.1.5.00.0.0	Transferência de Recursos de Complementação da União ao FUNDEB					-	-	
1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	1.7.1.9.51.0.0	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	189.172,80				-	-	
1.7.1.8.10.0.0.00.00.00	1.7.1.7.00.0.0	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades					-	-	
1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	1.7.1.9.00.0.0	Outras Transferências da União	1.374.302,39	3.290.345,89	6.293.343,70	6.566.474,82	6.154.322,24	6.369.723,52	6.592.683,33
1.7.2.0.00.0.00.00.00	1.7.2.0.00.0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	33.150.292,56	37.418.576,69	43.575.036,86	45.393.420,46	49.253.488,11	51.054.342,58	52.681.689,03
1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	1.7.2.1.50.0.0	Cota-Parte do ICMS	28.290.243,30	33.017.438,77	37.877.014,32	39.520.876,74	43.076.797,67	44.655.820,77	46.070.873,23
1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	1.7.2.1.51.0.0	Cota-Parte do IPVA	2.092.051,36	2.289.752,58	2.639.093,38	2.753.630,03	2.996.943,95	3.106.799,93	3.205.283,80
1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	1.7.2.1.52.0.0	Cota-Parte do IPI - Municípios	220.454,91	286.678,87	379.328,78	395.791,65	413.209,90	428.356,53	441.997,80
1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	1.7.2.1.53.0.0	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	22.930,36				-	-	
1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	1.7.2.1.98.0.0	Outras Participações na Receita dos Estados		400.000,00			162.950,98	168.654,26	174.509,13
1.7.2.8.01.9.0.00.00.00	1.7.2.9.99.0.0	Outras Transferências dos Estados	791.052,26				-	-	
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	1.7.2.3.50.0.0	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	1.622.609,43	1.156.670,36	1.568.654,90	1.636.734,52	1.671.098,18	1.729.586,62	1.790.187,30
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	1.7.2.4.00.0.0	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades		268.036,11	1.041.199,46	1.086.387,52	905.627,00	937.323,94	970.183,10
N/A	1.7.2.9.53.0.0	Cota-Parte da Transferência da Compensação Financeira das Parcelas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022					-	-	
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	1.7.2.9.00.0.0	Outras Transferências dos Estados	110.950,94		69.746,02		26.860,42	27.800,54	28.750,00
1.7.3.0.00.0.00.00.00	1.7.3.0.00.0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades					-	-	
1.7.4.0.00.0.00.00.00	1.7.4.0.00.0.0	Transferências de Instituições Privadas		10.101,40	33.144,08	34.582,53	29.467,68	30.499,05	31.560,00
1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	1.7.5.1.50.0.0	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	16.601.000,66	17.169.975,36	20.426.987,51	21.313.518,77	23.533.523,84	25.406.992,37	27.747.700,00

Assessoria de Planejamento e Orçamento - 2024 - 606D-D399-455
 Autenticação do documento no site <https://citta.click/btSMHyQ7> utilizando a chave "FD5303AA"
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portal.mec.gov.br/verificacao>



1.7.6.0.00.0.00.00.00	1.7.6.1.00.0.0	Transferências do Exterior						-	-	-
1.7.7.0.00.0.00.00.00	1.7.9.1.00.0.0	Transferências de Pessoas Físicas			14.126,89	14.740,00	10.805,95	11.184,16	11.575,81	11.575,81
1.9.0.0.00.0.00.00.00	1.9.0.0.00.0.0	Outras Receitas Correntes	670.005,27	1.532.806,44	1.662.247,06	1.810.711,56	1.923.700,10	1.991.029,61	2.060.715,81	2.060.715,81
1.9.1.0.00.0.00.00.00	1.9.1.1.00.0.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		93.094,28	103.788,19	108.292,60	117.314,26	121.420,26	125.669,42	125.669,42
1.9.2.0.00.0.00.00.00	1.9.2.0.00.0.0	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	1.085.362,00	1.525.971,52	1.592.198,68	1.609.399,36	1.665.728,34	1.724.028,81	1.724.028,81
1.9.2.2.01.2.0.00.00	1.9.2.2.01.2.0	Restituição de Convênios - Financeiras					-	-	-	-
1.9.2.0.00.0.00.00.00	1.9.2.2.99.0.0	Outras Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		1.085.362,00	1.525.971,52	1.592.198,68	1.609.399,36	1.665.728,34	1.724.028,81	1.724.028,81
1.9.4.0.00.0.00.00.00	1.9.4.0.00.0.0	Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital					-	-	-	-
1.9.9.0.00.0.00.00.00	1.9.9.9.00.0.0	Demais Receitas Correntes	670.005,27	354.350,16	32.487,35	110.220,28	196.986,48	203.881,01	211.016,61	211.016,61
1.9.9.0.06.0.00.00.00	1.9.9.9.06.0.0	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios					-	-	-	-
1.9.9.0.1.1.1.0.00.00	1.9.9.9.11.0.0	Variação Cambial					-	-	-	-
1.9.9.0.12.0.00.00.00	1.9.9.9.12.0.0	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência					-	-	-	-
1.9.9.0.99.2.0.00.00	1.9.9.9.99.3.0	Outras Receitas Financeiras					-	-	-	-
1.9.9.0.99.0.00.00.00	1.9.9.9.99.0.0	Outras Receitas (demais receitas diversas)	670.005,27	354.350,16	32.487,35	110.220,28	196.986,48	203.881,01	211.016,61	211.016,61
2.0.0.0.00.0.00.00.00	2.0.0.0.00.0.0	Receitas de Capital	5.321.716,81	12.603.912,93	14.929.513,60	15.577.454,48	5.982.802,71	3.145.857,62	3.321.081,81	3.321.081,81
2.1.0.0.00.0.00.00.00	2.1.0.0.00.0.0	Operações de Crédito	1.750.000,00	11.546.621,35	11.661.305,18	12.167.405,82	3.000.000,00	-	-	-
2.2.0.0.00.0.00.00.00	2.2.0.0.00.0.0	Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.1.0.00.00	2.2.1.1.01.0.0	Alienação de Investimentos Temporários					-	-	-	-
2.2.1.8.01.2.0.00.00	2.2.1.1.02.0.0	Alienação de Investimentos Permanentes					-	-	-	-
2.2.1.0.00.0.00.00.00	2.2.1.0.00.0.0	Alienação de Bens Móveis					-	-	-	-
2.2.2.0.00.0.00.00.00	2.2.2.1.01.0.0	Alienação de Bens Imóveis					-	-	-	-
2.3.0.0.00.0.00.00.00	2.3.1.1.00.0.0	Amortização de Empréstimos					-	-	-	-
2.4.0.0.00.0.00.00.00	2.4.0.0.00.0.0	Transferências de Capital	3.571.716,81	1.057.291,58	3.268.208,42	3.410.048,66	2.982.802,71	3.145.857,62	3.321.081,81	3.321.081,81
2.4.1.0.00.0.00.00.00	2.4.1.0.00.0.0	Transferências da União e de suas Entidades	3.571.716,81	950.092,22	1.648.809,53	1.720.367,86	1.677.593,79	1.769.299,46	1.867.810,42	1.867.810,42
2.4.2.0.00.0.00.00.00	2.4.2.0.00.0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		107.199,36	1.619.398,89	1.689.680,80	1.305.208,92	1.376.558,16	1.453.230,81	1.453.230,81
2.4.3.0.00.0.00.00.00	2.4.3.0.00.0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades					-	-	-	-
2.4.4.0.00.0.00.00.00	2.4.4.1.00.0.0	Transferências de Instituições Privadas					-	-	-	-
2.4.5.0.00.0.00.00.00	2.4.5.1.01.0.0	Transferências de Outras Instituições Públicas					-	-	-	-
2.4.6.0.00.0.00.00.00	2.4.6.1.00.0.0	Transferências do Exterior					-	-	-	-
2.4.7.0.00.0.00.00.00	2.4.9.1.00.0.0	Transferências de Pessoas Físicas					-	-	-	-
2.9.0.0.00.0.00.00.00	2.9.0.0.00.0.0	Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
2.9.9.0.00.1.1.01.00	2.9.9.9.99.0.0	Outras Receitas de Capital					-	-	-	-
2.9.9.0.00.1.1.02.00	1.3.2.1.01.0.0	Remuneracao de Depósitos Bancários - Principal					-	-	-	-
7.0.0.0.00.0.00.00.00	7.0.0.0.00.0.0	Receitas Correntes Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-

Assinado por 2 pessoas: MILLIAN CASTER e DEBORA TUCHTENBERG
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://citta.click/btSMHyQ7> utilizando a chave FD5303AA
 Autenticação do documento no site <https://citta.click/btSMHyQ7> utilizando a chave FD5303AA



	7.0.0.0.00.0.0	Receitas Correntes Intraorçamentárias - Primárias						-	-	
	7.0.0.0.00.0.0	Receitas Correntes Intraorçamentárias - Financeiras / Não Primárias						-	-	
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	8.0.0.0.00.0.0	Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	
	8.0.0.0.00.0.0	Receitas de Capital Intraorçamentárias - Primárias						-	-	
	8.0.0.0.00.0.0	Receitas de Capital Intraorçamentárias - Financeiras / Não Primárias						-	-	
6.2.1.3.0.00.00.00.00	6.2.1.3.0.00.00	(R) Deduções da Receita - Digitar com sinal negativo	-12.858.623,64	-15.553.697,01	-15.859.363,60	-16.831.920,11	-19.298.786,88	-20.376.706,53	-21.593.165,47	
6.2.1.3.0.00.00.00.00	6.2.1.3.0.00.00	Deduções da Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (digitar com sinal negativo)		-497.236,81	-487.537,10	-508.696,21	(575.490,33)	(595.632,49)	(616.479,59)	
6.2.1.3.1.01.00.00.00	6.2.1.3.1.01.00	Deduções para o FUNDEB	-12.411.912,49	-13.574.073,15	-14.995.143,26	-16.323.223,90	-17.974.338,15	-19.005.902,09	-20.174.382,97	
6.2.1.3.0.00.00.00.00	6.2.1.3.0.00.00	Demais Deduções da Receita Corrente (digitar com sinal negativo)	-446.711,15	-1.482.263,25	-376.554,07		(748.858,23)	(775.068,27)	(802.195,65)	
6.2.1.3.0.00.00.00.00	6.2.1.3.0.00.00	Deduções da Receita de Capital (digitar com sinal negativo)		-123,80	-129,17		(100,18)	(103,69)	(107,00)	
		TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS	120.445.147,50	127.881.280,28	144.684.540,72	154.354.038,34	155.476.244,35	160.737.610,57	170.102.466,88	



Município de : Encruzilhada do Sul - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

Memória de Cálculo das Estimativas de **Pagamento das Despesas** - Inclusive Restos a Pagar - **Exceto Despesas do RPPS**



Código	Descrição	Valores em R\$ 1,00						
		PAGA 2022	PAGA 2023	PAGA 2024	PAGA(Estim) 2025	PROJETADO 2026	PROJETADO 2027	PROJETADO 2028
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	89.767.540,55	107.584.479,12	118.041.291,10	123.707.273,07	147.204.861,57	163.703.148,43	186.982.159,73
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	56.088.837,60	60.451.343,41	65.781.554,59	68.939.069,21	77.896.616,08	83.867.755,78	90.834.300,55
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretas	53.002.153,88	57.118.580,64	62.307.715,16	65.298.485,49	73.782.619,70	79.442.521,34	86.071.046,41
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	2.753.144,30	2.997.470,24	3.039.235,26	3.185.118,55	3.688.387,37	3.971.325,40	4.302.684,85
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Restos a Pagar Pagos	333.539,42	335.292,53	434.604,17	455.465,17	425.609,02	453.909,04	460.569,29
3.1.91.00.00.00.00	Despesas Com Pessoal -					-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executiv / Indiretas					-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo					-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - Restos a Pagar Pagos					-	-	-
3.2.91.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.678.702,95	47.133.135,71	52.259.736,51	54.768.203,86	69.308.245,48	79.835.392,65	96.147.859,28
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	32.506.553,79	45.652.510,89	50.265.391,32	52.678.130,10	67.237.488,55	77.531.111,00	93.685.689,11
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	349.313,12	442.356,59	415.955,92	435.921,80	587.362,45	677.283,83	818.406,23
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Restos a Pagar Pagos	822.836,04	1.038.268,23	1.578.389,27	1.654.151,95	1.483.394,48	1.626.997,82	1.643.763,94
3.3.91.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	-
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	14.575.798,70	25.029.404,99	29.165.344,60	30.565.281,14	38.474.760,55	43.998.820,35	51.092.653,93
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	12.426.699,23	22.015.531,95	25.538.551,69	26.764.402,17	34.467.957,76	39.846.847,38	46.796.502,42
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executvi / Indiretas	8.862.630,29	17.623.209,23	20.991.741,71	21.999.345,31	29.670.001,83	34.956.210,95	41.766.753,38
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	24.285,40	20.224,00	129.887,78	136.122,39	137.452,76	161.942,28	193.493,68
4.4.90.00.00.00.00	Investimentos - Restos a Pagar Pagos	3.539.783,54	4.372.098,72	4.416.922,20	4.628.934,47	4.660.503,17	4.728.694,14	4.836.295,36
4.4.91.00.00.00.00	Investimentos - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos					-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executvi / Indiretas					-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Legislativo					-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Restos a a Pagar Pagos					-	-	-

Assinado por 2 pessoas: MILIAN CAETANO DE ARAUJO JUNIOR e DEBORA TAVARES DE ENHAGEN
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse o link: https://citta.click/b1SMHyQ7 utilizando a chave "FD5303AA"



4.5.91.00.00.00.00	Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTÁRIAS						-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	2.149.099,47	3.013.873,04	3.626.792,91	3.800.878,97	4.006.802,79	4.151.972,97	4.296.151,49	
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	2.106.336,38	3.013.873,04	3.603.931,27	3.776.919,97	3.990.540,42	4.130.209,33	4.274.766,06	
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo					-	-	-	
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Restos a Pagar Pagos	42.763,09		22.861,64	23.959,00	16.262,37	21.763,64	21.384,43	
4.6.91.00.00.00.00	Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	-	
	TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS	104.343.339,25	132.613.884,11	147.206.635,70	154.272.554,21	185.679.622,12	207.701.968,78	238.074.813,66	

NOTA: Conforme consta na página 79 da 14ª Edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais, não se aplica, para fins de estimativas de metas fiscais da LDO a necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas exigido para a Lei Orçamentária Anual.

Município de : Encruzilhada do Sul - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

Tabela 02 - Memória de Cálculo das Estimativas das **Receitas específicas do RPPS**

Valores em R\$ 1,00

Código até 2022	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECADADA 2022	ARRECADADA 2023	ARRECADADA 2024	REESTIMADO 2025	PROJETADO 2026	PROJETADO 2027	PROJETADO 2028
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	22.463.642,30	27.638.784,54	21.808.437,41	23.326.304,65	28.983.062,98	30.931.987,03	33.153.461,72
1.2.1.8.01.0.0.00.00.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	12.994.281,84	13.885.895,60	14.246.815,53	15.238.393,89	17.336.274,12	18.666.148,38	20.223.614,47
1.3.2.1.00.4.0.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	9.212.017,85	13.514.262,77	6.530.068,33	6.984.561,09	10.750.683,30	11.338.369,40	11.969.916,48
1.3.6.0.00.0.0.00.00.00	Cessão de Direitos / Venda da Folha dos Aposentados e Pensionistas					-	-	
1.3.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Patrimoniais do RPPS					-	-	
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Serviços					-	-	
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais recebidas pelo RPPS					-	-	
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos					-	-	
1.9.9.0.01.0.0.00.00.00	Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial dos Regimes Próprios de Previdência e sistemas de Proteção Social					-	-	



1.9.9.0.03.0.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	257.342,61	238.626,17	1.031.553,55	1.103.349,68	896.105,56	927.469,25	959.930,68
1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas (demais receitas diversas do RPPS)					-	-	-
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.1.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Temporários					-	-	-
2.2.1.8.01.2.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Permanentes					-	-	-
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis					-	-	-
2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis					-	-	-
2.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos					-	-	-
2.9.9.0.00.1.1.01.00.00	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal					-	-	-
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
	Receitas Correntes Intraorçamentárias - Primárias					-	-	-
	Receitas Correntes Intraorçamentárias - Financeiras/Não Primárias					-	-	-
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
	Receitas de Capital Intraorçamentárias - Primárias					-	-	-



3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes RPPS					-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Restos a Pagar Pagos					-	-	-
3.3.91.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	-
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.227,00	-	10.856,00	11.611,58	10.719,18	12.628,98	15.089,49
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	3.227,00	-	10.856,00	11.611,58	10.719,18	12.628,98	15.089,49
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	3.227,00		10.856,00	11.611,58	10.719,18	12.628,98	15.089,49
4.4.91.00.00.00.00	Investimentos - Restos a Pagar Pagos					-	-	
4.4.91.00.00.00.00	Investimentos - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - RPPS					-	-	
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Restos a a Pagar Pagos					-	-	
4.5.91.00.00.00.00	Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS					-	-	
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Restos a Pagar Pagos					-	-	
4.6.91.00.00.00.00	Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	
	TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS	11.394.445,50	12.883.683,52	14.602.997,55	15.619.366,18	17.180.521,66	18.511.868,95	20.044.526,91



Município de : Encruzilhada do Sul - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida

ESPECIFICAÇÃO	2026	2027	2028
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias e recursos do RPPS)	168.792.228,53	177.968.459,48	188.374.549,84
II - DEDUÇÕES			
Deduções da Receita Corrente	19.298.686,70	20.376.602,85	21.593.058,06
Outras deduções	5.600.000,00	5.796.000,00	5.998.860,00
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (I-II+III)	143.893.541,83	151.795.856,64	160.782.631,78
(-) Recursos de Emendas Parlamentares Individuais (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3110)	5.300.000,00	5.485.500,00	5.677.492,50
V - Receita Corrente Líquida para Fins de Endividamento	138.593.541,83	146.310.356,64	155.105.139,28
(-) Recursos de Emendas Parlamentares de Bancada (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3120) e (-) 1.7.1.0.00.00.00.00 FR 1604		-	-
VI - Receita Corrente Líquida p/Despesas com Pessoal	138.593.541,83	146.310.356,64	155.105.139,28

Município de : Encruzilhada do Sul - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2026 a 2028

PODER EXECUTIVO	2026	2027	2028
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	74.840.512,59	79.007.592,58	83.756.775,21
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	71.098.486,96	75.057.212,95	79.568.936,45
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	67.356.461,33	71.106.833,33	75.381.097,69

PODER LEGISLATIVO	2026	2027	2028
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	8.315.612,51	8.778.621,40	9.306.308,36
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	7.899.831,88	8.339.690,33	8.840.992,94
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	7.484.051,26	7.900.759,26	8.375.677,52

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, **ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;**

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de : Encruzilhada do Sul - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

TABELA 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.023	2.024	2.025	2.026	2.027	2.028
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	7.694.436,91	9.233.958,20	9.876.641,69	8.935.012,27	9.348.537,39	9.386.730,45
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	7.694.436,91	9.233.958,20	9.876.641,69	8.935.012,27	9.348.537,39	9.386.730,45
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	30.012.254,05	25.935.692,92	27.740.817,15	27.896.254,71	27.190.921,59	27.609.331,15
Disponibilidade da Caixa Bruta - Excet RPPS	31.615.830,52	29.060.545,99	31.083.159,99	30.586.512,17	30.243.406,05	30.637.692,74
(-) Restos a Pagar Processados - Exceto restos do RPPS	1.629.229,79	2.800.717,88	2.995.647,84	2.475.198,50	2.757.188,08	2.742.678,14
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	129.129,85	478.918,36	512.251,08	373.433,10	454.867,51	446.850,56
Demais Haveres Financeiros - Exceto RPPS	154.783,17	154.783,17	165.556,08	158.374,14	159.571,13	161.167,12
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(22.317.817,14)	(16.701.734,72)	(17.864.175,46)	(18.961.242,44)	(17.842.384,21)	(18.222.600,70)
Previsão de comprometimento da RCL com a Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-13,68%	-12,19%	-11,75%

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.023	2.024	2.025	2.026	2.027	2.028
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	11.546.621,35	11.661.305,18	12.167.405,82	3.000.000,00	-	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	-	-	-	-	-	-
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	3.013.873,04	3.626.792,91	3.800.878,97	4.006.802,79	4.151.972,97	4.296.151,49

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mmm>

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de : Encruzilhada do Sul - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / PIB)	% RCL (a / RCL)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b / PIB)	% RCL (b / RCL)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (c / PIB)	% RCL (c / RCL)
	(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100
Receita Total (Exceto Fontes RPPS)	155.476.244,35	149.209.447,56		112,18%	160.737.610,57	149.042.264,10		109,86%	170.102.466,35	152.392.008,15		109,67%
Receitas Primárias (Exceto Fontes RPPS) - I	147.804.504,97	201.396.155,84		106,65%	155.810.490,55	144.473.643,72		106,49%	164.900.905,74	147.732.015,37		106,32%
Receitas Primárias Correntes	144.821.802,44	198.533.677,41		104,49%	152.664.736,61	141.556.776,37		104,34%	161.579.931,17	144.756.808,75		104,17%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21.192.469,74	20.338.262,71		15,29%	21.744.955,54	20.162.782,03		14,86%	22.198.499,62	19.887.271,52		14,31%
Transferências Correntes	121.479.588,98	116.583.098,83		87,65%	128.675.624,89	119.313.124,04		87,95%	137.037.446,27	122.769.599,27		88,35%
Demais Receitas Primárias Correntes	2.149.743,71	2.063.093,78		1,55%	2.244.156,19	2.080.870,30		1,53%	2.343.985,29	2.099.937,95		1,51%
Receitas Primárias de Capital	2.982.702,53	2.862.478,43		2,15%	3.145.753,93	2.916.867,35		2,15%	3.320.974,57	2.975.206,62		2,14%
Despesa Total (Exceto Fontes RPPS)	185.679.622,12	178.195.414,70		133,97%	207.701.968,78	192.589.472,84		141,96%	238.074.813,68	213.287.318,67		153,49%
Despesas Primárias (Exceto Fontes RPPS) - II	181.672.819,33	174.350.114,52		131,08%	203.549.995,81	188.739.599,44		139,12%	233.778.662,19	209.438.467,06		150,72%
Despesas Primárias Correntes	145.295.858,06	139.439.403,13		104,84%	161.622.241,58	149.862.528,93		110,47%	184.877.822,79	165.629.007,52		119,20%
Pessoal e Encargos Sociais	77.471.007,06	74.348.375,30		55,90%	83.413.846,75	77.344.614,82		57,01%	90.373.731,29	80.964.342,80		58,27%
Outras Despesas Correntes	67.824.851,00	65.091.027,83		48,94%	78.208.394,83	72.517.914,11		53,45%	94.504.091,49	84.664.664,72		60,93%
Despesas Primárias de Capital	29.807.454,59	28.606.002,49		21,51%	35.118.153,23	32.562.939,38		24,00%	41.960.246,96	37.591.496,67		27,05%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	6.569.506,68	6.304.708,90		4,74%	6.809.601,00	6.314.131,13		4,65%	6.940.592,45	6.217.962,88		4,47%
Receita Total (Com Fontes RPPS)	27.767.488,34	26.648.261,36		20,04%	29.673.867,28	27.514.782,31		20,28%	31.851.307,77	28.535.063,94		20,54%
Receitas Primárias (Com Fontes RPPS) - III	18.232.379,68	17.497.485,30		13,16%	19.593.617,63	18.167.976,51		13,39%	21.183.545,14	18.977.990,46		13,66%
Despesa Total (Com Fontes RPPS)	17.180.521,66	16.488.024,63		12,40%	18.511.868,95	17.164.936,39		12,65%	20.044.526,91	17.957.562,72		12,92%
Despesas Primárias (Com Fontes RPPS) - IV	17.180.521,66	16.488.024,63		12,40%	18.511.868,95	17.164.936,39		12,65%	20.044.526,91	17.957.562,72		12,92%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	-33.868.314,37	27.046.041,32		-24,44%	-47.739.505,26	-44.265.955,72		-32,63%	-68.877.756,45	-61.706.451,69		-44,41%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = V + (III – IV)	-32.816.456,35	28.055.501,99		-23,68%	-46.657.756,58	-43.262.915,60		-31,89%	-67.738.738,22	-60.686.023,95		-43,67%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	4.671.739,39	4.483.435,11		3,37%	4.927.120,02	4.568.620,38		3,37%	1.487.649,08	1.332.760,39		0,96%
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00		0,00%	0,00	0,00		0,00%
Dívida Pública Consolidada (DC)	8.935.012,27	8.574.867,82		6,45%	9.348.537,39	8.668.333,27		6,39%	9.386.730,45	8.409.417,77		6,05%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-18.961.242,44	-18.196.969,71		-13,68%	-17.842.384,21	-16.544.163,68		-12,19%	-18.222.600,70	-16.325.328,93		-11,75%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	1.097.066,98	1.052.847,39		0,79%	-1.118.858,23	-1.037.449,57		-0,76%	380.216,50	340.629,72		0,25%

FONTE: Sistema CP Contabilidade Pública e RF Lei de Responsabilidade Fiscal

NOTA 1 : A elaboração desse demonstrativo seguiu a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não foram consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo do Resultado Primário acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do Resultado Primário abaixo da linha.

NOTA 2: Conforme consta na página 89 da 14ª Edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais, **não se aplica nesse demonstrativo a necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas exigido para a Lei Orçamentária Anual.**

Nota 3: foi considerada a projeção da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites de endividamento, ou seja, após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 1º, art. 166-A da CF.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2022, 2023 e 2024) e os valores

reestimados para o exercício atual (2025), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.

2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeio. Quanto aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.

3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As **Tabelas 03 e 04** demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,80%, 1,90% e 2,00% e das taxas de inflação (IPCA), de 4,28%, 3,90% e 3,70%, respectivamente, cujas projeções extraídas do "Relatório Focus" divulgados pelo Banco Central do Brasil, verificadas em 20/10/2025.

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 699/2023. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisto por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2026. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetro de correção a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil.

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração o provável saldo existente em 31/12/2025, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

9 Na A tabela 02 evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa que serviram de base para os dados apresentados neste demonstrativo.

10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 05**.

Município de : Encruzilhada do Sul - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 2026

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024	% PIB	% RCL	Variação	
	(a)			(b)			Valor	%
							(c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	137.300.800,00	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 14ª edição do MDF	113,06%	144.684.540,72	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 14ª edição do MDF	111,51%	7.383.740,72	5,38%
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	117.553.325,00		96,80%	130.237.786,66		100,37%	12.684.461,66	10,79%
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	137.125.680,00		112,92%	147.206.635,70		113,45%	10.080.955,70	7,35%
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	159.933.649,71		131,70%	143.579.842,79		110,65%	-16.353.806,92	-10,23%
Receita Total (COM FONTES RPPS)	24.066.500,00		19,82%	20.471.405,05		15,78%	-3.595.094,95	-14,94%
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	12.566.500,00		10,35%	20.471.405,05		15,78%	7.904.905,05	62,93%
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	24.066.500,00		19,82%	14.602.997,55		11,25%	-9.463.502,45	-39,33%
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	15.090.000,00		12,43%	14.602.997,55		11,25%	-487.002,45	-3,23%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-42.380.324,71		-34,90%	-13.342.056,13		-10,28%	29.038.268,58	-68,33%
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-44.903.824,71		-36,98%	-7.473.648,63		-5,76%	37.430.176,08	-83,33%
Dívida Pública Consolidada (DC)	7.694.436,91	6,34%	9.233.958,20	7,12%	1.539.521,29	20,01%		
Dívida Consolidada Líquida - DCL	-23.717.148,10	-19,53%	-16.701.734,72	-12,87%	7.015.413,38	-29,15%		
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-7.015.413,38	-5,78%	-5.616.082,42	-4,33%	1.399.330,96	-19,15%		

FONTE: Sistema CP Contabilidade Pública e RF Lei de Responsabilidade Fiscal

Valor da Receita Corrente Líquida Prevista para 2024	121.440.800,00
Valor da Receita Corrente Líquida Arrecadada em 2024	129.755.150,92

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2024), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.



Município de : Encruzilhada do Sul - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2026

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	106.111.610,00	137.300.800,00	29,39%	126.479.207,00	-7,88%	155.476.244,35	22,93%	160.737.610,57	3,38%	170.102.466,35	5,83%	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	94.769.850,00	117.553.325,00	24,04%	121.218.077,00	3,12%	147.804.504,97	21,93%	155.810.490,55	5,42%	164.900.905,74	5,83%	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	146.596.988,35	137.125.680,00	-6,46%	153.454.421,11	11,91%	185.679.622,12	21,00%	207.701.968,78	11,86%	238.074.813,68	14,62%	
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	143.517.490,35	159.933.649,71	11,44%	144.264.072,11	-9,80%	181.672.819,33	25,93%	203.549.995,81	12,04%	233.778.662,19	14,85%	
Receita Total (COM FONTES RPPS)	21.000.000,00	24.066.500,00	14,60%	28.283.000,00	17,52%	27.767.488,34	-1,82%	29.673.867,28	6,87%	31.851.307,77	7,34%	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	12.500.000,00	12.566.500,00	0,53%	13.003.000,00	3,47%	18.232.379,68	40,22%	19.593.617,63	7,47%	21.183.545,14	8,11%	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	21.000.000,00	24.066.500,00	14,60%	28.283.000,00	17,52%	17.180.521,66	-39,25%	18.511.868,95	7,75%	20.044.526,91	8,28%	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	13.260.000,00	15.090.000,00	13,80%	15.314.000,00	1,48%	17.180.521,66	12,19%	18.511.868,95	7,75%	20.044.526,91	8,28%	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-48.747.640,35	-42.380.324,71	-13,06%	-23.045.995,11	-45,62%	-33.868.314,37	46,96%	-47.739.505,26	40,96%	-68.877.756,45	44,28%	
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-49.507.640,35	-44.903.824,71	-9,30%	-25.356.995,11	-43,53%	-32.816.456,35	29,42%	-46.657.756,58	42,18%	-67.738.738,22	45,18%	
Dívida Pública Consolidada (DC)	7.694.436,91	7.694.436,91	0,00%	13.241.093,07	72,09%	8.935.012,27	-32,52%	9.348.537,39	4,63%	9.386.730,45	0,41%	
Dívida Consolidada Líquida - DCL	-22.421.482,04	-23.717.148,10	5,78%	-12.694.599,85	-46,48%	-18.961.242,44	49,36%	-17.842.384,21	-5,90%	-18.222.600,70	2,13%	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-4.959.804,82	1.295.666,06	-126,12%	-39.423.068,72	-3142,69%	1.097.066,98	-102,78%	-1.118.858,23	-201,99%	380.216,50	-133,98%	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	127.881.280,28	143.891.238,40	12,52%	126.479.207,00	-12,10%	149.209.447,56	17,97%	149.042.264,10	-0,11%	152.392.008,15	2,25%	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	113.887.619,93	123.195.884,60	8,17%	121.218.077,00	-1,61%	201.396.155,84	66,14%	164.900.905,74	-18,12%	147.732.015,37	-10,41%	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	134.027.115,85	143.707.712,64	7,22%	153.454.421,11	6,78%	178.195.414,70	16,12%	192.589.472,84	8,08%	213.287.318,67	10,75%	
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	130.990.381,17	167.610.464,90	27,96%	144.264.072,11	-13,93%	174.350.114,52	20,85%	188.739.599,44	8,25%	209.438.467,06	10,97%	
Receita Total (COM FONTES RPPS)	23.284.464,00	25.221.692,00	8,32%	28.283.000,00	12,14%	26.648.261,36	-5,78%	27.514.782,31	3,25%	28.535.063,94	3,71%	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	13.859.800,00	13.169.692,00	-4,98%	13.003.000,00	-1,27%	17.497.485,30	34,56%	18.167.976,51	3,83%	18.977.990,46	4,46%	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	23.284.464,00	25.221.692,00	8,32%	28.283.000,00	12,14%	16.488.024,63	-41,70%	17.164.936,39	4,11%	17.957.562,72	4,62%	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	14.702.475,84	15.814.320,00	7,56%	15.314.000,00	-3,16%	16.488.024,63	7,67%	17.164.936,39	4,11%	17.957.562,72	4,62%	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	-54.050.603,66	-44.414.580,30	-17,83%	-23.045.995,11	-48,11%	27.046.041,32	-217,36%	-44.265.955,72	-263,67%	-61.706.451,69	39,40%	
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-54.893.279,50	-47.059.208,30	-14,27%	-25.356.995,11	-46,12%	28.055.501,99	-210,64%	-43.262.915,60	-254,20%	-60.686.023,95	40,27%	
Dívida Pública Consolidada (DC)	8.531.468,53	8.063.769,88	-5,48%	13.241.093,07	64,20%	8.574.867,82	-35,24%	8.668.333,27	1,09%	8.409.417,77	-2,99%	
Dívida Consolidada Líquida - DCL	-24.860.580,54	-24.855.571,21	-0,02%	-12.694.599,85	-48,93%	-18.196.969,71	43,34%	-16.544.163,68	-9,08%	-16.325.328,93	-1,32%	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-5.499.352,23	1.357.858,03	-124,69%	-39.423.068,72	-3003,33%	1.052.847,39	-102,67%	-1.037.449,57	-198,54%	340.629,72	-132,83%	

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, o objetivo do Demonstrativo é **dar transparência** às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2026), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2023, 2024 e 2025), bem como para os dois seguintes (2027 e 2028), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2023, 2024 e 2025 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO. E no que tange às previsões para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Assinado por 2 pessoas: MILIAN CASTER AGUIAR MEDEIROS e DEBORA TUCHTENHAGEN

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://encruzilhadaosul.1doc.com.br/verificacao/65C4-606D-D399-455B e informe o código 65C4-606D-D399-455B e informe o código 65C4-606D-D399-455B e informe o código 65C4-606D-D399-455B

Autenticação do documento no site https://citta.click/b1SMHyQ7 utilizando a chave 'FD5303AA'



Município de : Encruzilhada do Sul - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	173.691.371,43	58,52%	79.509.516,81	45,78%	-	0,00%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	123.091.887,05	41,48%	94.181.288,78	54,22%	79.508.950,97	100,00%
Ajustes de Exerc.Anteriores	-	0,00%	565,84	0,00%	565,84	0,00%
TOTAL	296.783.258,48	100,00%	173.691.371,43	100,00%	79.509.516,81	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	(6.585.485,41)	-355,36%	(9.156.363,63)	139,04%	2.577.791,50	-28,15%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	8.438.698,34	455,36%	2.570.878,22	-39,04%	(11.734.155,13)	128,15%
Ajustes de Exerc.Anteriores	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	1.853.212,93	100,00%	(6.585.485,41)	100,00%	(9.156.363,63)	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	167.105.886,02	55,96%	70.353.153,18	42,10%	2.577.791,50	3,66%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	131.530.585,39	44,04%	96.752.167,00	57,90%	67.774.795,84	96,34%
Ajustes de Exerc.Anteriores	-	0,00%	565,84	0,00%	565,84	0,00%
TOTAL	298.636.471,41	100,00%	167.105.886,02	100,00%	70.353.153,18	100,00%

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública - CP, Anexos de Balanços.

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2022, 2023 e 2024), para fins do disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da

ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos de administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", **foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores**, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município, bem como as Autarquias e as Fundações Públicas, seguem as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei, está sobre a gestão do Fundo de Aposentadoria e Previdência Social - FAPS, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2022 a 2024, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 70.353.153,18 em 31.12.2022 para R\$ 298.636.471,41 em 31.12.2024.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2024 com superavit patrimonial, cujo principal fator foi o acompanhamento e controle regular e constante da execução orçamentária.

Município de : Encruzilhada do Sul - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2024	2023	2022
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2022			-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	-	-	-
TOTAL	-	-	-

DESPESAS EXECUTADAS	2024	2023	2022
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	-	-	-

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública - CP, Anexos de Balanços.

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2022, 2023 e 2024).

A despesas executadas compreendem as despesas liquidadas somadas às despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados, por conta dos recursos de alienação de ativos.

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."



Município de : Encruzilhada do Sul - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)	19.174.564,46	26.532.810,13	20.471.405,05
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil	3.751.701,60	3.811.445,83	4.444.778,63
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil	9.241.398,81	10.074.448,77	9.496.084,79
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias	5.924.121,44	12.408.289,36	5.498.988,08
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	238.520,73	238.626,17	1.031.553,55
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹		1.331.816,91	2.174.191,96
Demais Receitas Correntes	18.821,88		

RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	19.174.564,46	27.864.627,04	22.645.597,01
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2023	2024
Benefícios - Civil			
Aposentadorias	10.062.125,70	11.406.000,43	13.020.242,14
Pensões	1.219.335,90	1.390.278,31	1.268.878,00
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários		3.802,47	
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			2.925,97
Demais Despesas Previdenciárias			167.138,27
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	11.281.461,60	12.800.081,21	14.459.184,38
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	7.893.102,86	15.064.545,83	8.186.412,63
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2022	2023	2024
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2022	2023	2024
VALOR	5.650.000,00	9.370.000,00	10.186.500,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2022	2023	2024
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.858,67		
Investimentos e Aplicações	94.521.379,87	109.865.628,94	109.254.779,13
Outro Bens e Direitos			

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2023	2024
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			

Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)			

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)²

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS	2022	2023	2024
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES	159.135,61	429.131,53	369.092,80
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)			

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2023	2024
DESPESAS CORRENTES (XIII)	112.983,90	111.678,06	312.733,22
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)			
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)			

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício)

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício)



Fonte: Sistema de Contabilidade Pública - CP, Anexos de Balanços.

NOTA:

1 Como a Portaria MTP 1.467/2022 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS. O objetivo principal é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA.

Segundo a Portaria MTP 1.467/2022 o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

- a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGF) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2022, 2023 e 2024; e
- b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre do exercício de 2024.

Município de : Encruzilhada do Sul - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)					R\$ 1,00	
TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
IPTU	Imposto	Contribuintes que optarem pelo pagamento à vista	400.000,00	414.000,00	428.490,00	Vide Obsevação abaixo
		Contribuintes em débito		-	-	
		Aposentados e Pensionistas de baixa renda		-	-	
			-	-		
			-	-		
			-	-		
TOTAL			400.000,00	414.000,00	428.490,00	-

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública - CP, Anexos de Balanços.

Nota 1: Os valores da renúncia para 2024 foram previstos de acordo com informações da Administração Tributária do Poder Executivo.

2 - Os valores da renúncia projetados para 2027 e 2028, foram calculados a partir dos valores de 2026 aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2027:	3,50%
Inflação para 2028:	3,50%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os valores que serão objeto de renúncia fiscal de receita nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão

adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que visa, entre outros objetivos, fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de Iptu para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelecem o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas no Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo *aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição*, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : Encruzilhada do Sul - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2026

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2026
Aumento Permanente da Receita	(2.551.882,62)
Decorrente de Receitas Tributárias	(734.017,42)
Decorrente de Transferências Correntes	(1.817.865,20)
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(143.106,03)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(2.694.988,64)
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	(2.694.988,64)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	11.626.238,06
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	2.508.684,72
Relativas a Outras Despesas Correntes	9.117.553,34
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	SEM MARGEM

Fonte: Sistema de Contabilidade Pública - CP, Anexos de Balanços.

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2026 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2025-2026



Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2026, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2025-2026 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão. Quando negativo (**SEM MARGEM**), o resultado apresentado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC. **Quando for positivo** é indicativo da possibilidade de criação de novas DOCC.



Município de : Encruzilhada do Sul - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2026

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	400.000,00	Abertura e créditos mediante utilização da reserva de contingência	400.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	400.000,00	SUBTOTAL	400.000,00

R\$ 1,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação		Compensação através de redução de despesas	100.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais	100.000,00		
SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL	100.000,00
TOTAL	500.000,00	TOTAL	500.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.

1 - Os valores referente aos **PASSIVOS CONTINGENTES**, representam a estimativa de possível obrigações em 2026, cuja existência será confirmada somente em caso de ocorrência de um mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle do Município da entidade. Também poderão representar possíveis obrigações decorretes de eventos passados, mas que não estão reconhecidas contabilmente e tampouco contam com previsão de recursos no orçamento porque é improvável a sua liquidação em 2026.

2 - Os **DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS** estão relacionados principalmente aos riscos orçamentários relacionados com a possibilidade da ocorrência de impactos negativos na execução orçamentária, devido a fatores tais como as receitas previstas não se realizarem (frustração de à necessidade de execução de despesas inicialmente não fixadas (abertura de créditos especiais e/ou extraordinários) ou orçadas a menor (créditos suplementares).

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026
ANEXO III - METAS E PRIORIDADES**

PROGRAMA: 0100 - Ação Legislativa

OBJETIVO: Poder Legislativo

TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2026
A	Manutenção das Atividades do Poder Legislativo	Atividade Mantida	Meta Física Valor	4.030.000,00
P	Reaparelhamento, Melhoria e Expansão da Câmara Municipal	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	170.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				4.200.000,00

(*) Tipo: P – Proj OE – Operação Especial NO – Não-orçamentária

PROGRAMA: 0110 - Programa de Gestão e Manutenção de Serviços

OBJETIVO: Produzir bens e serviços típicos de apoio administrativo, ofertados ao próprio Município, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas finalísticos.

TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2026
A	Manutenção do Gabinete do Prefeito	Atividade Mantida	Meta Física Valor	6.000.000,00
A	Manutenção da Procuradoria Jurídica	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	100.000,00
A	Manutenção da Assessoria de Imprensa	Atividade Mantida	Meta Física Valor	200.000,00
P	Reaparelhamento do Gabinete do Prefeito	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	100.000,00
P	Reaparelhamento da Procuradoria Jurídica	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	50.000,00
P	Reaparelhamento do Controle Interno	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	50.000,00
P	Reaparelhamento da Secretaria de Gestão e Governança	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	100.000,00
A	Manutenção Administrativa Secretaria de Infra Estrutura	Atividade Mantida	Meta Física Valor	950.000,00
P	Reaparelhamento da Secretaria de Infra Estrutura	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	100.000,00
A	Manutenção da Secretaria de Administração	Atividade Mantida	Meta Física Valor	1.750.000,00
P	Reaparelhamento da Secretaria de Administração e Recursos Humanos	Atividade Mantida	Meta Física Valor	100.000,00
P	Modernização do Sistema de Informática	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	150.000,00
P	Reaparelhamento do Setor de Almoxarifado	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	100.000,00
A	Manutenção da Secretaria da Fazenda	Atividade Mantida	Meta Física Valor	2.700.000,00
P	Manutenção da Secretaria da Fazenda	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	100.000,00
A	Manutenção Administrativa das Secretarias de Obras e Departamento de Trânsito	Atividade Mantida	Meta Física Valor	5.000.000,00

ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

PROGRAMA: 0110 - Programa de Gestão e Manutenção de Serviços

OBJETIVO: Produzir bens e serviços típicos de apoio administrativo, ofertados ao próprio Município, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas finalísticos.

P	Reaparelhamento da Sec.Municipal de Obras, Viação, Trânsito e Transportes	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	100.000,00
A	Manutenção Administrativa da Secretaria Municipal de Agricultura	Atividade Mantida	Meta Física Valor	1.000.000,00
A	Manutenção Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social	Atividade Mantida	Meta Física Valor	2.900.000,00
A	Manutenção Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde	Atividade Mantida	Meta Física Valor	15.000.000,00
A	Manutenção do Conselho Municipal de Saúde	Atividade Mantida	Meta Física Valor	15.000,00
A	Manutenção Administrativa da Secretaria Municipal de Educação	Atividade Mantida	Meta Física Valor	2.200.000,00
A	Manutenção do Conselho Municipal de Educação	Atividade Mantida	Meta Física Valor	15.000,00
A	Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social	Atividade Mantida	Meta Física Valor	15.000,00
A	Manutenção do Conselho Municipal do Fundo do Idoso	Atividade Mantida	Meta Física Valor	15.000,00
A	Manutenção do Conselho Municipal do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente	Atividade Mantida	Meta Física Valor	15.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				6.100.000,00

(*) Tipo: P – Proj OE – Operação Especial NO – Não-orçamentária

PROGRAMA: 0120 - Iluminação Pública Urbana e Rural

OBJETIVO: Melhorar a iluminação pública, o tráfego e a segurança dos municípios.

A	Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	Atividade Mantida	Meta Física Valor	400.000,00
P	Aquisição de Equipamentos e Execução de Melhorias na Rede de Iluminação Pública	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	100.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				500.000,00

PROGRAMA: 0125 - Gestão da Política Municipal de Defesa Civil

OBJETIVO: Promover a Gestão de Riscos e Prevenção de Desastres, Coordenar o Sistema Municipal de Defesa Civil de forma Inegrada co a União, o Estado e a Comunidade em geral, com o objetivo de manter, de forma sistêmica, ações permanentes, para a prevenção preparação, respostas e reconstrução dos cenários, relacionados a desastres e ocorrências que venham a agredir o ambiente e colocar a população em situação de risco. Reduzir o tempo-resposta no atendimento às comunidades por calamidades. Atuar em parceria com órgãos afins, visando qualificar as ações de monitoramento, prevenção e respostas aos desastres, docrrentes de eventos da natureza, produtos perigosos e outros fenomenos ou acontecimentos.

P	Aparelhamento da Defesa Civil	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	50.000,00
---	-------------------------------	----------------------	----------------------	-----------

A	Manutenção do Órgão Municipal de Defesa Civil	Atividade Mantida	Meta Física Valor	150.000,00
A	Atendimento à população em casos de emergências ou de calamidade pública	Atividade Mantida	Meta Física Valor	500.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				700.000,00

ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

PROGRAMA: 0130 - Praças, Parques e Jardins Públicos
OBJETIVO: Melhorar o aspcto urbano e paisagístico da cidade. Manter em boas condições de limpeza e conservação os espaços públicos de lazer e recreação para os munícipes e visitantes.

A	Manutenção de Praças, Parques e Jardins Públicos	Atividade Mantida	Meta Física Valor	100.000,00
P	Implantação e Melhoria de Praças, Parques e Jardins Públicos	Parograma de Trabalho	Meta Física Valor	100.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				200.000,00

PROGRAMA: 0140 - Mais Mobilidade
OBJETIVO: Executar ações de melhoria da infraestrutura viária visando a melhoria da mobilidade no meio urbano e rural.

A	Manutenção da Malha Viária Urbana	Atividade Mantida	Meta Física Valor	2.500.000,00
P	Abertura, Prolongamento, Pavimentação e Reforma de Vias Urbanas	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	3.500.000,00
P	Construção de Abrigos em Paradas de Ônibus	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	100.000,00
P	Sinalização de Vias Urbanas	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	300.000,00
P	Construção de Passarelas e Ciclovias	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	400.000,00
A	Manutenção, Conservação e Sinalização de Estradas Municipais	Atividade Mantida	Meta Física Valor	5.000.000,00
P	Reequipamento do Parque de Máquinas	Atividade Mantida	Meta Física Valor	200.000,00
P	Construção de Pontes e Bueiros	Atividade Mantida	Meta Física Valor	2.000.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				14.000.000,00

PROGRAMA: 0150 - Amplicação e Qualificação dos Serviços de Saneamento Básico
OBJETIVO: Proporcionar serviços de saneamento básico adequados a população. Otimizar manejo dos recursos hídricos para os usos múltiplos das águas.

A	Manutenção de Sistemas de Abastecimento de Água	Atividade Mantida	Meta Física Valor	80.000,00
P	Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	30.000,00
P	Canalização de Cursos d'Água	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	120.000,00
P	Implantação de Redes de Esgotos	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	270.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				500.000,00

PROGRAMA: 0170 - Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos

OBJETIVO: Melhorar a qualidade dos serviços prestados. Atendimento as exigências ambientais. Atingir índices crescentes de manejo de resíduos sólidos

P	Aquisição de Equipamentos para Limpeza Pública	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	20.000,00
A	Manutenção do Serviço de Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos	Atividade Mantida	Meta Física Valor	2.400.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				2.420.000,00

ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

PROGRAMA: 0180 - Produção, Distribuição e Comercialização de Alimentos
OBJETIVO: Qualificar produtos de origem animal e vegetal e as condições de comercialização das safras por meio de prestação de serviços e assistência técnica aos produtores rurais. Fomentar produção de alimentos para fins de subsistência dos produtores rurais. Amenizar as carências nutricionais da população de baixa renda.

P	Incentivo à Produção e Distribuição de Alimentos de Origem Vegetal	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	50.000,00
P	Incentivo à Produção e Distribuição de Alimentos de Origem Animal	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	20.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				70.000,00

PROGRAMA: 0190 - Apoio aos Produtores Rurais
OBJETIVO: Proporcionar sustentabilidade das propriedades rurais, proporcionando o bem estar das famílias rurais, evitando o êxodo rural.

OE	Empréstimos, Financiamentos e Subvenções Econômicas aos Produtores Rurais Através de Fundo Rotativo	Operação Especial	Meta Física Valor	50.000,00
A	Assistência Técnica e Prestação de Serviços aos Produtores Rurais - Convênio EMATER	Atividade Mantida	Meta Física Valor	150.000,00
P	Aquisição e Distribuição de Sementes e Mudanças	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	50.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				250.000,00

PROGRAMA: 0200 - Desenvolvimento das Atividades Econômicas
OBJETIVO: Incentivar, promover e fomentar iniciativas que visem à geração de novos empreendimentos e oportunidades de trabalho e renda, o aumento da competitividade da economia local, e a elevação do valor agregado da produção de mercadorias e serviços, bem como a formação, qualificação e aplicação da oferta turística; Aumentar o fluxo turístico, a taxa de permanência e o gasto de turistas no município; reforçar o potencial turístico priorizando ações de infra-estrutura e qualificação de mão de obra a ampliar as oportunidades de trabalho, geração de renda e divisas.

P	Execução de Melhorias no Distrito Industrial	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	100.000,00
OE	Concessão de Empréstimos, Financiamentos e Subvenções a Empreendedores	Operação Especial	Meta Física Valor	20.000,00
OE	Apoio à Realização de Eventos	Operação Especial	Meta Física Valor	10.000,00
P	Melhoria da Infraestrutura dos Atrativos Turísticos	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	50.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				180.000,00

PROGRAMA: 0201 - Desenvolvimento da Cultura

OBJETIVO: Implementar ações culturais como meio de democratizar o acesso de toda a sociedade aos bens culturais, de forma a promover a inclusão social e contribuir para a prevenção da violência. Promover a revitalização, conservação, manutenção e restauro do patrimônio histórico-artístico-cultural do município, bem como construção de novos equipamentos culturais.

P	Realização de Eventos Culturais, Folclóricos, Tradicionalistas e Cívicos	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	200.000,00
OE	Apoio a Entidades Culturais (Subvenções, Contribuições ou Auxílios)	Operação Especial	Meta Física Valor	250.000,00

ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

PROGRAMA: 0201 - Desenvolvimento da Cultura

OBJETIVO: Implementar ações culturais como meio de democratizar o acesso de toda a sociedade aos bens culturais, de forma a promover a inclusão social e contribuir para a prevenção da violência. Promover a revitalização, conservação, manutenção e restauro do patrimônio histórico-artístico-cultural do município, bem como construção de novos equipamentos culturais.

A	Manutenção Administrativa da Secretaria de Cultura	Atividade Mantida	Meta Física Valor	50.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				500.000,00

PROGRAMA: 0203 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

OBJETIVO: Criar as condições imprescindíveis para garantir uma educação básica de qualidade; Viabilizar o atendimento educacional de crianças de 0 a 5 anos; Universalizar o ensino fundamental; ampliar a oferta de ensino médio; Garantir atendimento educacional a pessoas portadoras de necessidades educativas especiais; Qualificar a oferta da educação de jovens e adultos; Garantir condições físicas e de segurança para as escolas municipais Assegurar equipamentos e material didático-pedagógico para as escolas Municipais; Melhorar a gestão dos recursos humanos das escolas Municipais; Qualificar a gestão do sistema municipal de educação.

A	Capacitação e Treinamento de Profissionais da Educação Básica	Atividade Mantida	Meta Física Valor	30.000,00
A	Manutenção do Ensino Fundamental	Atividade Mantida	Meta Física Valor	5.450.000,00
P	Reequipamento das Escolas de Ensino Fundamental	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	30.000,00
P	Construção, Ampliação, Melhoria e Reforma de EMEFs	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	635.000,00
A	Manutenção da Educação Infantil	Atividade Mantida	Meta Física Valor	1.130.000,00
P	Reequipamento das Escolas de Educação Infantil	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	30.000,00
P	Construção, Ampliação, Melhoria e Reforma de EMEIs	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	635.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				7.940.000,00

PROGRAMA: 0204 - Fomento à Educação Superior

OBJETIVO: Viabilizar o acesso dos munícipes ao ensino superior, com vistas à formação de recursos humanos qualificados e estratégicos para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Município.

A	Manutenção de polo da Universidade Aberta do Brasil	Atividade Mantida	Meta Física Valor	45.000,00
OE	Manutenção do Transporte de Universitários	Operação Especial	Meta Física Valor	120.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				165.000,00

PROGRAMA: 0205 - Assistência ao Educando
OBJETIVO: Garantir o cumprimento do art. 208 da Constituição Federal, através da oferta permanente aos educandos de transporte, alimentação, assistência à saúde, uniformes e material didático/escolar.

A	Aquisição e Distribuição de Uniformes e Material Didático/Escolar para o Ensino Fundamental	Atividade Mantida	Meta Física Valor	312.500,00
---	---	-------------------	-------------------	------------

ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

PROGRAMA: 0205 - Assistência ao Educando
OBJETIVO: Garantir o cumprimento do art. 208 da Constituição Federal, através da oferta permanente aos educandos de transporte, alimentação, assistência à saúde, uniformes e material didático/escolar.

A	Aquisição e Distribuição de Uniformes e Material Didático/Escolar para a Educação Infantil - Creches	Atividade Mantida	Meta Física Valor	62.500,00
A	Aquisição e Distribuição de Uniformes e Material Didático/Escolar para a Educação Infantil - Pré-Escola	Atividade Mantida	Meta Física Valor	125.000,00
A	Manutenção da Merenda Escolar para o Ensino Fundamental - Urbano, Rural e Quilambola	Atividade Mantida	Meta Física Valor	750.000,00
A	Manutenção da Merenda Escolar para a Educação Infantil Creches	Atividade Mantida	Meta Física Valor	150.000,00
A	Manutenção da Merenda Escolar para a Educação Infantil Pré-Escola	Atividade Mantida	Meta Física Valor	300.000,00
A	Manutenção da Merenda Escolar para a Educação Especial	Atividade Mantida	Meta Física Valor	50.000,00
A	Manutenção do Transporte Escolar para o Ensino Fundamental	Atividade Mantida	Meta Física Valor	2.370.000,00
A	Manutenção do Transporte Escolar para a Educação Infantil - Creches	Atividade Mantida	Meta Física Valor	790.000,00
A	Manutenção do Transporte Escolar para a Educação Infantil - Pré-Escola	Atividade Mantida	Meta Física Valor	790.000,00
A	Manutenção do Transporte Escolar para o Ensino Médio	Atividade Mantida	Meta Física Valor	1.100.000,00
A	Manutenção do Transporte Escolar para o Ensino Superior	Atividade Mantida	Meta Física Valor	150.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				6.950.000,00

PROGRAMA: 0208 - Habitação e Desenvolvimento Social
OBJETIVO: Garantir o atendimento às famílias de menor renda, com a construção de moradias, melhorias nas habitações, regularização fundiária, infra-estrutura, ações educativas de convívio social e de geração de renda.

P	Construção, Reforma e Melhoria de Moradias	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	580.000,00
P	Regularização Fundiária - Loteamentos (REURB)	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	30.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				610.000,00

PROGRAMA: Avançar Assistência
OBJETIVO: Administrar e gerir os serviços desempenhados pela gestão Municipal do SUAS de forma otimizada, imparcial, buscando

promover em serviço ágil e eficaz.

A/M	Gestão Administrativa do FMAS	Atividade Mantida	Meta Física Valor	840.000,00
A/M/F	Gestão Descentralizada do SUAS - IGD/SUAS	Atividade Mantida	Meta Física Valor	37.367,00
A/M/F	Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	Atividade Mantida	Meta Física Valor	156.400,00
A/M	Fortalecimento do Controle Social - CMAS	Atividade Mantida	Meta Física Valor	57.070,00
A/M/F	PROCADSUAS	Atividade Mantida	Meta Física Valor	33.400,00
A/M/E/F	Bloco de Proteção Social Básica	Atividade Mantida	Meta Física Valor	400.000,00

ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

PROGRAMA: Avançar Assistência

OBJETIVO: Administrar e gerir os serviços desempenhados pela gestão Municipal do SUAS de forma otimizada, imparcial, buscando promover em serviço ágil e eficaz.

A/M/E	Gestão de Benefícios Eventuais	Atividade Mantida	Meta Física Valor	625.000,00
A/M/F	Programas Vinculados ao SUAS (BPC Escola)	Atividade Mantida	Meta Física Valor	38.600,00
P/M/E	Construção Novo Centro do Idoso	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	500.000,00
A/M/E/F	Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz	Atividade Mantida	Meta Física Valor	300.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				2.987.837,00

PROGRAMA: Proteção Social Básica

OBJETIVO: Apoiar e fortalecer as famílias e sujeitos em nível de Proteção Social Básica, para garantir os direitos fundamentais do indivíduo em vulnerabilidade social e o restabelecimento da convivência familiar e comunitária através de um conjunto de programas e benefícios executados no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS)

A/M/E	Bloco de Proteção Social Básica	Atividade Mantida	Meta Física Valor	400.000,00
A/M/E	Gestão de Benefícios Eventuais	Atividade Mantida	Meta Física Valor	625.000,00
A/M/F	Programas Vinculados ao SUAS (BPC Escola)	Atividade Mantida	Meta Física Valor	38.600,00
A/M/E	Construção Novo Centro do Idoso	Atividade Mantida	Meta Física Valor	500.000,00
A/M/E/F	Bloco de Proteção Social Especial	Atividade Mantida	Meta Física Valor	400.000,00
A/M/E	Gestão de Benefícios Eventuais	Atividade Mantida	Meta Física Valor	625.000,00
A/M/E/F	Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz	Atividade Mantida	Meta Física Valor	300.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				2.888.600,00

PROGRAMA: 0212 - Atenção Primária à Saúde

OBJETIVO: Desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades através de ações no âmbito individual e coletivo abrangendo a promoção, proteção da saúde, prevenção de

agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde dos indivíduos.

A	Manutenção do Pronto Atendimento em Unidades Básicas de Saúde	Atividade Mantida	Meta Física Valor	6.000.000,00
A	Manutenção do Atendimento Ambulatorial e Domiciliar da Saúde da Família (ESF)	Atividade Mantida	Meta Física Valor	600.000,00
A	Manutenção do Atendimento de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate a Endemias	Atividade Mantida	Meta Física Valor	800.000,00
A	Manutenção de Ações Voltadas à Saúde Bucal	Atividade Mantida	Meta Física Valor	300.000,00
A	Capacitação e Treinamento de Servidores da Saúde	Atividade Mantida	Meta Física Valor	80.000,00
P	Reequipamento das Unidades de Atenção Primária	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	300.000,00
OE	Transf. De Recursos a Consórcios de Saúde - CONTRATO DE RATEIO	Operações Especiais	Meta Física Valor	300.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				8.380.000,00

ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

PROGRAMA: 0223 - Serviços de Atenção Especializada em Saúde
OBJETIVO: Garantir de forma hierarquizada e regionalizada, o acesso da população aos serviços da atenção secundária à saúde, como apoio diagnóstico e terapêutico, especialidades médicas, diagnósticos, terapias, atenção hospitalar, bem como atendimentos, terapias, atenção hospitalar, bem como atendimentos

A	Manutenção do Serviço de Atendimento de Urgências e Emergências	Atividade Mantida	Meta Física Valor	300.000,00
A	Manutenção de Ações Especializadas de Saúde de Média e Alta Complexidade	Atividade Mantida	Meta Física Valor	1.500.000,00
A	Apoio Financeiro a Estabelecimentos de Saúde (Subvenções, Auxílios ou Contribuições)	Atividade Mantida	Meta Física Valor	600.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				2.400.000,00

PROGRAMA: 0224 - Vigilância em Saúde
OBJETIVO: Implementar, manter e ampliar as práticas de atenção e promoção da saúde dos cidadãos e mecanismos adotados para prevenção de doenças através de ações específicas de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, vigilância ambiental e proteção à saúde do trabalhador.

A	Manutenção de Ações de Vigilância Sanitária	Atividade Mantida	Meta Física Valor	50.000,00
A	Manutenção de Ações de Vigilância Epidemiológica	Atividade Mantida	Meta Física Valor	50.000,00
A	Prevenção e Controle de DST / AIDS	Atividade Mantida	Meta Física Valor	50.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				150.000,00

PROGRAMA: 0225 - Assistência Farmacêutica à População
OBJETIVO: Promover, proteger e recuperar a saúde, tanto individual como coletiva, por meio da aquisição, dispensação e distribuição gratuita de medicamentos e demais produtos profiláticos e terapêuticos, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população.

A	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos	Atividade Mantida	Meta Física Valor	800.000,00
---	--	-------------------	------------------------------------	------------

A	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Especiais	Atividade Mantida	Meta Física Valor	1.000.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				1.800.000,00

PROGRAMA: 0226 - Investimentos na Rede de Atenção à Saúde
OBJETIVO: Promover a estruturação da rede de serviços públicos através da melhoria da infraestrutura e reequipamento de unidades de saúde.

P	Reequipamento das Unidades Básicas de Saúde	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	300.000,00
P	Reequipamento das Equipes de Agentes de Saúde e de Combate a Endemias	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	100.000,00
P	Reequipamento da Vigilância em Saúde	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	100.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				500.000,00

ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

PROGRAMA: 0350 - Sustentabilidade e Gestão Ambiental
OBJETIVO: Desenvolver, em conformidade com as atribuições do município as atividades de planejamento, monitoramento, licenciamento, fiscalização, educação ambiental e cadastramento. Tornar mais ágil a emissão de permissões ambientais de competência do órgão municipal. Apoiar as iniciativas das instituições privadas que tenham como objetivo o uso sustentável dos recursos naturais.

A	Manutenção das Ações de Fiscalização e Licenciamento Ambiental	Atividade Mantida	Meta Física Valor	100.000,00
P	Recuperação de Áreas Degradadas	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	100.000,00
A	Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Atividade Mantida	Meta Física Valor	400.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				600.000,00

PROGRAMA: 0300 - Gestão do Regime Próprio de Previdência Social
OBJETIVO: Garantia de atendimento e pagamento de inativos e pensionistas do Município, por meio da gestão dos recursos previdenciários vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social.

A	Manutenção da Unidade Gestora do RPPS (Despesas Administrativas)	Atividade Mantida	Meta Física Valor	200.000,00
P	Equipamentos e Materiais Permanentes p/Unidade Geestora do RPPS	Programa de Trabalho	Meta Física Valor	50.000,00
A	Despesas com Aplicações Financeiras do RPPS	Atividade Mantida	Meta Física Valor	15.000,00
OE	Manutenção de Pagamentos de Benefícios Previdenciários	Operações Especiais	Meta Física Valor	15.500.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				15.765.000,00

PROGRAMA: 0000 - Encargos Especiais-Ações Não Integrantes do PPA

OE	Indenizações e Restituições Diversas	Operações Especiais	Meta Física Valor	10.000,00
OE	Amortização e Encargos da Dívida Pública	Operações Especiais	Meta Física Valor	7.000.000,00

OE	Contribuições ao PASEP	Operações Especiais	Meta Física Valor	500.000,00
OE	Pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado	Operações Especiais	Meta Física Valor	100.000,00
OE	Restituições de Saldos de Transferências Recebidas de outros Entes da Federação (devolução de auxílio e convênios)	Operações Especiais	Meta Física Valor	10.000,00
OE	Compensação Financeira Devida ao RGPS e a outros RPPS	Operações Especiais	Meta Física Valor	50.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====				7.670.000,00



Município de : Encruzilhada do Sul - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2026

ANEXO IV
 RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

(Art. 45 da LRF)

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	INÍCIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO	EXECUÇÃO %			RECURSOS PRIORIZADOS PARA 2026		
			ATÉ EXERC ANTERIOR - 2024	NO EXERCÍCIO DE 2025	A EXECUTAR EM 2026	PROJETOS EM EXECUÇÃO	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	NOVOS PROJETOS
Projeto FINISA - Financiamento ao Saneamento	01.01.2023	30.000.000,00	50,00%	25,00%	25,00%	4.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
Total dos Recursos a Priorizar na LOA						4.500.000,00	0,00%	1.500.000,00

Assinado por 2 pessoas: MILIAN CASTER AGUIAR MEDEIROS e DEBORA TULLIO TENHAGEN
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://encruzilhadosul.1doc.com.br/verificacao/65044608>
 Autenticação do documento no site <https://citta.click/b1SMHyQ7> utilizando a chave 'FD5303AA'





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 65C4-606D-D399-455B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MILIAN CASTER AGUIAR MEDEIROS (CPF 031.XXX.XXX-95) em 10/11/2025 14:27:51 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ DEBORA TUCHTENHAGEN (CPF 004.XXX.XXX-97) em 10/11/2025 16:23:37 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://encruzilhadosul.1doc.com.br/verificacao/65C4-606D-D399-455B>





**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
ENCRUZILHADA DO SUL**

PRAÇA DR. OZY TEIXEIRA,, 118 - 96610-000
05.198.472/0001-14 - (51) 3733-1179

Manifesto do Documento

Para confirmar a integridade do documento, basta informar a chave de autenticação (FD5303AA) no site:
<https://citta.click/b1SMHyQ7>

PROJETO DE LEI EXECUTIVO		Autenticação
Protocolo 018077 de 10/11/2025 16:28:39		 FD5303AA
Documento 000097 / 2025	Processo -	



Assinatura Eletrônica Simples
Identificação: LUCAS RAENCK DA SILVA
CPF: 032***.***80
Assinado em: 10/11/2025 16:28:34
Local: IP: 179.109.59.70 Geolocalização: -30.551005, -52.521201

Hash do documento (SHA-256): 90572f29d9fdddcef080dd929a444df05524ec80aea56ca7a6cae06635ceeead

Documento assinado eletronicamente, conforme relação de assinatura(s) acima identificadas(s), assinado nos termos da Lei Federal nº 14.063/2020; MP 2.2002/01.